

A defesa do Fundo Zeus FIDC-NP, do Atena FIP, da Pix Card Serviços Tecnológicos e Financeiros e do empresário Guilherme Ali de Paula vem a público esclarecer que repudia e nega de forma veemente qualquer tentativa de associação de seus representados a organizações criminosas, atividades ilícitas, práticas de lavagem de dinheiro ou quaisquer condutas irregulares mencionadas em notícias e divulgações recentemente veiculadas.

As alegações divulgadas até o presente momento carecem de comprovação definitiva e não refletem a atuação regular, transparente e estritamente supervisionada das empresas, fundos e pessoas citadas, que desenvolvem suas atividades em plena observância às normas aplicáveis ao mercado financeiro e de capitais brasileiro.

Cumprir destacar que os fundos e empresas mencionados observam rigorosamente os parâmetros regulatórios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), pelo Banco Central do Brasil, bem como pelos demais órgãos competentes de fiscalização e controle, adotando políticas e mecanismos de compliance, governança corporativa, auditoria, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro compatíveis com as exigências legais e regulatórias do setor.

As operações financeiras realizadas possuem regularidade documental, lastro contratual e rastreabilidade financeira, sendo conduzidas dentro das práticas admitidas pelo mercado e submetidas aos controles regulatórios aplicáveis, inexistindo qualquer decisão judicial transitada em julgado que atribua aos representados participação em supostos esquemas criminosos.

A defesa ressalta, ainda, que ilações precipitadas, associações indevidas e divulgações sem respaldo probatório causam graves danos reputacionais, financeiros e institucionais, razão pela qual todas as medidas judiciais e legais cabíveis serão adotadas para responsabilização civil e criminal daqueles que propagarem acusações falsas, levianas ou desprovidas de fundamento.

Por fim, os representados reafirmam sua plena confiança nas instituições brasileiras, no devido processo legal, no contraditório e na ampla defesa, permanecendo à disposição das autoridades competentes para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.